



“O outro lado da moeda”: a Educação Infantil na perspectiva das famílias

Josiane Miranda Roman

Graduanda em pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Câmpus de Naviraí. Contato: josy_ddr@hotmail.com

Klinger Teodoro Ciríaco

Professor no curso de pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Câmpus de Naviraí. Contato: klingerufms@hotmail.com

Resumo:

O artigo tem como objetivo compreender a função atribuída à creche com base no discurso de famílias com filhos matriculados em uma instituição de Educação Infantil do município de Naviraí/MS. Nesse sentido, apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida em um estudo exploratório por meio de ações do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Para tanto, recorre a dados obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas com 4 famílias em que os resultados apontaram uma visão assistencialista do atendimento. A experiência do trabalho de campo permite afirmar que é preciso construir um diálogo entre a família e a creche para que a mudança sobre o papel das instituições de educação para a infância incorpore entendimentos mais condizentes e conscientes da importância desse espaço para o desenvolvimento da criança. Da análise de dados concluímos que compete a nós, profissionais da educação, construir iniciativas para uma maior aproximação com a família no sentido de possibilitar a compreensão do fazer pedagógico na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação infantil, famílias, função da creche

“The other side of the coin”: Child Education in the perspective of families

Abstract:

The purpose of this paper is the understand the function assigned to day-care centers based on the discourse of families whose children are enrolled in an institution of Child Education in the city of Naviraí/MS. Thus, the paper presents the results of a research conducted in an exploratory study by means of actions in the full degree course of Pedagogy at the Federal University of Mato Grosso do Sul – UFMS. For such, the study turns to the data acquired from semi-structured interviews with 4 families in which the results pointed to a “charity” view of the service. The experience of fieldwork allows us to say that it is necessary to build a dialogue between the families and the daycare center so that the change in the role of the educational institutions for childhood can incorporate an understanding that is more befitting and aware of the importance of such place in the development of a child. After analyzing our data, we have concluded that is it up to us, education professionals, to design initiatives for a greater approach to the families in the sense of making it possible for them to understand the pedagogical work in Child Education.

Keywords: child education, families, function of a daycare center.

Como citar este artigo:

ROMAN, J. M.; CIRÍACO, K. T. “O outro lado da moeda”: a Educação Infantil na perspectiva das famílias. *Luminária*, União da Vitória, v.17, n. 2, p. 24-45, 2015.

INTRODUÇÃO

A finalidade do presente artigo reside na possibilidade de compreensão da função social das instituições de atendimento à infância na perspectiva de famílias que possuem filhos matriculados no berçário I e maternal. Nesse sentido, a discussão ora apresentada se pautará na tentativa de desvelar os princípios que regem o ideário familiar sobre o papel atribuído ao fato de seus filhos terem uma vaga na Educação Infantil, frequentarem a instituição, mais especificamente, observar se os pais têm a percepção de que esse momento da vida de seus filhos é relevante para sua aprendizagem e desenvolvimento.

A experiência e a própria prática de atuação em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na rede municipal de Naviraí/MS me fez¹ perceber, enquanto estagiária e estudante do curso de Pedagogia, que a função da instituição parece ter um papel diferente para a família quando comparadas umas com as outras. Nesse contexto, temos a premissa de que tal fato parece estar ligado tanto ao nível socioeconômico quanto ao de escolarização dos pais, uma vez que essa fase educacional parece ter finalidades distintas para as famílias.

Dessa maneira, a pesquisa que aqui será descrita visa compreender as percepções das famílias em relação à primeira etapa da Educação Básica: a Educação Infantil. Contudo, reconhecemos também que essa visão pode ter sofrido influência do processo histórico do atendimento à infância no Brasil, razão pela qual direcionaremos o estudo resgatando bases teórico-metodológicas do surgimento da creche e pré-escola no cenário educacional brasileiro e, conseqüentemente, da relação que foi sendo estabelecida entre a família e a escola.

Nesse sentido, várias denominações surgiram para as instituições que se ocuparam do “cuidado²” das crianças, além das diferentes

especificidades de cada uma, estas traziam consigo os mais variados conceitos em relação ao sentido de infância. É perceptível em cada momento o papel atribuído à representação infantil, além da forma como as crianças eram negligenciadas até serem consideradas como cidadãs de direito³.

Com os avanços em relação aos direitos da infância, os olhares se voltam para a criança, que passa a ser objeto de estudos, estes demonstram a importância dessa fase para o seu desenvolvimento como um todo (BUJES, 2001; DIDONET, 2001). Dessa forma, é nítida a relevância da Educação Infantil, evidenciando que a criança se desenvolve por meio das interações e socializações do contexto no qual está inserida.

Cabe salientar que a criança é um ser historicamente construído, capaz de produzir cultura e a modificar quando inserido nas interações com o outro, conforme esclarece-nos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ao defini-la como sendo:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Diante disso, a Educação Infantil passa a ser vista como meio para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, uma vez que esta pode proporcionar momentos ricos e promissores de (re) criação das experiências infantis. Essa visão das contribuições desse espaço para o desenvolvimento integral da criança está centrada nas práticas pedagógicas que envolvem a integração entre o cuidar e educar e, ao menos no discurso, é clara para professores e profissionais que atuam nas instituições, con-

1. Trecho redigido em primeira pessoa por se tratar de experiências pessoais da primeira autora.

2. As instituições tinham um caráter mais assistencialista, razão pela qual a expressão foi escrita em destaque. Abordaremos esse processo histórico no próximo tópico de discussão do artigo.

3. Tais direitos ganharam mais forças após o avanço das Políticas Públicas com destaques para a Educação Infantil como, por exemplo, a Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999), entre outros documentos do Ministério da Educação (MEC) com o foco no atendimento à infância.

tudo, para algumas famílias o papel atribuído às práticas exercidas na instituição parece ainda não estar muito claro, por isso anseia-se em vislumbrar o assunto abordado na dimensão familiar, entender o que pais, mães e/ou responsáveis pensam em relação a esta etapa educacional.

Todavia, muitas são as discussões acerca da Educação Infantil. De modo comum, tais estudos entram em um consenso de que essa etapa é de fundamental importância para a formação da criança, uma vez que seu objetivo maior é contribuir com o desenvolvimento físico, psíquico, motor e social, em complementação da ação da família e da sociedade, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). No entanto, ainda são poucos os estudos com focos voltados para a visão familiar em relação a esta etapa educacional, o que nessa pesquisa será a base central do assunto.

Dessa forma, conforme mencionado no início desta introdução, o presente estudo visa contemplar o relevante olhar da família sobre a perspectiva da Educação Infantil, de modo específico aspectos sobre a função que esta desenvolve e representa para as crianças público-alvo. Assim, busca-se entender como a família compreende esta fase na educação dos filhos, como também os motivos que as levam a matricular as crianças nas instituições, levando em consideração a avaliação do desenvolvimento. Para tanto, o contexto da pesquisa diz respeito a quatro famílias do município de Naviraí/MS com crianças matriculadas em turmas de berçário e maternal que concederam uma entrevista aos pesquisadores.

Por fim, ressaltamos a relevância do estudo, pois a partir dele podemos contribuir para a ampliação da visão em relação ao papel da Educação Infantil, ao tentarmos compreender percepções, todavia conhecendo também a compreensão das famílias sobre esta etapa educacional.

Breve histórico do surgimento da Educação Infantil no Brasil

Ao retratar o contexto histórico da Educação Infantil, convém iniciarmos pontuando

o que a criança representava para a sociedade e como ela era tratada nos diversos períodos. Inicialmente os registros apontam que o cuidado e a educação dos filhos era dever unicamente das famílias, que com o convívio adulto tinham que inseri-los na cultura em que viviam, essa era a forma de aprendizado da criança. Por não ser reconhecida perante a sociedade não era um ser de direito, considerado como um adulto em miniatura.

Com o passar do tempo e de acordo com as novas necessidades que surgiram na sociedade, principalmente o fator socioeconômico das famílias, houve a necessidade de homens e mulheres deixarem os seus lares para venderem sua força de trabalho. Com isso, surge então a necessidade de deixarem seus filhos para que pudessem buscar o sustento de suas famílias, porém muitas famílias não tinham com quem deixar suas crianças, pois nesse momento também se modificou a estrutura familiar, passando de numerosa a inferior, composta por pai, mãe e filhos.

Como não havia um local próprio para que as crianças fossem deixadas, muitas famílias tiveram que deixá-las sozinhas em casa, o que gerou uma série de consequências, como acidentes domésticos e desnutrição. Diante disso, algumas mulheres que tinham filhos muito pequenos optaram por ficar em casa e cuidarem de seus bebês e também dos filhos das outras mães enquanto elas trabalhavam. “Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher [...]” (RIZZO, 2003 *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 80).

Diante dessa adversidade, muitas crianças sofreram com as consequências. Preocupados⁴ com tal situação vivenciada por cenas de abandono, violência e mortalidade infantil devido as más condições higiênicas e outros fatores que contribuíram para que a circunstância se agravasse, é que surge então as primeiras instituições de caráter filantrópico, denominadas de Asilo. De origem caridosa, acolhiam, ofereciam proteção e cuidados às crianças. No entanto, este local pelo alto nú-

4. Segundo Paschoal e Machado (2009, p.80) “A Sociedade aplaudiu, uma vez que todos queriam ver as ruas limpas do estorvo e da sujeira provocados pelas crianças abandonadas”.

mero de crianças que ali ficavam era muitas vezes considerados “depósitos de crianças”.

A casa dos “Expostos” ou “Roda dos Excluídos”, conforme ressalta Andrade (2010), tinha como objetivo as questões higiênicas e o combate à mortalidade infantil, era destinada ao abrigo e acolhimento das crianças abandonadas, que por não possuir direitos na sociedade era vista como um empecilho.

Já em 1840, o então denominado “Jardim de Infância” nasce na Alemanha por Froebel. O modelo froeberiano começava a ver a criança com outros olhares, reconhecendo a necessidade não só de cuidados, mas também de atenção voltada à educação da infância.

Espelhando-se no modelo europeu, nasce no Brasil em 1875 a primeira instituição de Educação Infantil, implementada por Menezes Vieira. Entretanto, essa instituição ao ser implantada contava com um público diferenciado, tinha como especialidade o atendimento aos filhos ricos da sociedade carioca, ou seja, poucos teriam acesso a esse modelo, que além dos cuidados com a criança preocupavam-se com o seu desenvolvimento.

Em 1902, inspirados nos modelos franceses de educação, as instituições até então conhecidas como Asilos, passam a se chamar maternal. Ainda no século XIX, as creches aparecem para compor o cenário assistencialista, de mães operárias que deixavam seus filhos para serem cuidados enquanto trabalhavam.

Evidenciam-se nesses dois modelos as diferentes formas de atendimento, para as crianças provenientes de famílias com um poder aquisitivo mais elevado observam-se propostas pedagógicas que visavam seu pleno desenvolvimento, para a criança pobre uma visão assistencialista que presava os meros cuidados com higiene e saúde.

Kuhlmann Jr. (2000, p. 08) afirma que “[...] já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma *pedagogia da submissão*, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social”. Sendo assim, as crianças eram criadas com os cuidados básicos, apenas para que se tornasse um adulto que pudesse vender sua mão de

obra trabalhista nas indústrias.

Didonet (2001, p.12) assegura que essas instituições que tinham como característica o atendimento de crianças pobres, seriam marcadas pelo caráter assistencial da creche. Seguindo o autor:

A função da creche neste dado momento estava atribuída ao apoio à mulher-mãe trabalhadora (DIDONET, 2001) que devido ao trabalho extradomiciliar deixou de prestar cuidados básicos à criança, ficando a caráter da creche este tipo de atendimento, o que a destacou como assistencialista.

Com o crescimento industrial e o aumento da força feminina no trabalho e, posteriormente, o maior número de crianças que passaram a precisar de locais de guarda, apontavam uma demanda pelo crescimento do número de instituições que se fizeram cada vez mais necessárias. A partir desse fato, surgiram grandes movimentos em prol de maiores ofertas e também para que este direito fosse disponibilizado no setor público, que atendessem famílias pobres que precisavam do serviço prestado pela instituição.

As lutas travadas foram muitas, os movimentos em prol da infância cresceram e as conquistas em defesa dos direitos das crianças aos poucos começaram a surgir, resultando em leis favoráveis ao público infantil.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o sentido de infância começa a tomar outro percurso, diferentemente do início de sua trajetória, quando era visto como um sujeito sem desejos e direitos, tratado muitas vezes com indiferença. Nesse contexto, a criança começa a ter voz sobre uma sociedade que não a reconhecia. A partir desta política pública é que a criança começa a se integrar na sociedade, fazendo valer de seus direitos como cidadão perante a educação. Esta legislação trouxe pequenos avanços como, por exemplo, os dizeres do artigo 205 que propõe a educação como direito de todos e dever do Estado e da Família, declarando que a criança pequena teria direito e acesso à Educação Infantil nas creches e pré-escolas públicas.

Em 1990 foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para compor o cenário das mudanças políticas em relação

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o sentido de infância começa a tomar outro percurso, diferentemente do início de sua trajetória, quando era visto como um sujeito sem desejos e direitos, tratado muitas vezes com indiferença. Nesse contexto, a criança começa a ter voz sobre uma sociedade que não a reconhecia. A partir desta política pública é que a criança começa a se integrar na sociedade, fazendo valer de seus direitos como cidadão perante a educação. Esta legislação trouxe pequenos avanços como, por exemplo, os dizeres do artigo 205 que propõe a educação como direito de todos e dever do Estado e da Família, declarando que a criança pequena teria direito e acesso à Educação Infantil nas creches e pré-escolas públicas.

Em 1990 foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para compor o cenário das mudanças políticas em relação ao reconhecimento da infância, o ECA é criado com o objetivo de inserção das crianças nos direitos humanos. A lei 8.069, de 13 julho de 1990, tem como finalidade a proteção integral da criança e do adolescente e afirma, em seu artigo 4º, que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 01).

Neste dado momento, a infância passa a ter seus direitos e deveres reafirmados pelo estatuto, as crianças passam a ser vistas como cidadãos de direito, pois esta legislação lhe davam voz e vez perante uma sociedade que não as reconhecia.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) traz em seus autos

mais um grande passo no que concerne à educação, esta vem afirmar os direitos já adquiridos pela Constituição Federal 1988, destacando a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica para crianças de 0 a 6⁵ anos de idade.

Sobre os avanços da legislação com destaques para o atendimento à criança no Brasil, Cerisara (2002) menciona:

Vale destacar que a LDB foi construída tendo por base a Constituição de 1988 que reconheceu como direito da criança pequena o acesso à educação infantil em creches e pré-escolas. Essa lei colocou a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. Nesta mesma direção, a LDB também pela primeira vez na história das legislações brasileiras proclamou a educação infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos e dever do Estado (p. 328).

Com a garantia de oferta em creches e pré-escolas, as crianças de 0 a 6 anos de idade passam a ter direitos sob a educação e o que antes era um direito da família passa a ser direito da criança. Tal fato acaba por distinguir as questões de assistencialismo, uma vez que com direito à educação a criança não receberia um atendimento somente baseado aos cuidados médicos e alimentícios.

Cabe ressaltar que a Educação Infantil sendo inserida na primeira etapa educacional brasileira, deixa de ser mantida pela Assistência Social como vinha sendo e passa a ser gerida pelas secretarias educacionais, unificando as questões do cuidar e do educar.

Nesse momento, no contexto histórico do caráter educacional das creches e pré-escolas, começa-se a intensificar discussões em relação ao termo como sendo práticas in-

5. A Lei 11.274 de 2006 institui a matrícula obrigatória da criança de 6 anos no Ensino Fundamental, tendo em vista a ampliação deste. Neste mesmo sentido, após a aprovação desta lei, a Educação Infantil passa a ser considerada um espaço de atendimento para crianças de 0 a 5 anos.

dissociáveis, surgindo assim o binômio cuidar e educar como forma de igualar as condições vivenciadas na história da Educação Infantil brasileira.

Didonet (2011, p.13), ao discorrer sobre os cuidados na primeira infância, enfatiza o cuidar e o educar como inseparáveis:

Educar e cuidar, duas ações separadas na origem dos serviços de atenção à criança pequena, tornam-se, aos poucos, duas faces de um ato único de zelo pelo desenvolvimento integral da criança. Cuidar e educar se realizam num gesto indissociável de atenção integral. Cuidando, se educa. Educando, se cuida. Impossível um sem o outro.

Em relação a isso, Bujes (2001, p. 16) ressalta que muitas vezes o cuidar e o educar têm sido reproduzidos de forma limitada, prezando somente por questões básicas do bem estar físico da criança. Para a autora, a instituição de Educação Infantil:

[...] tem obrigação de prover ambientes acolhedores, seguros, alegres, instigadores, com adultos bem preparados, organizados para oferecer experiências desafiadoras e aprendizagens adequadas às crianças de cada idade. Assim, cuidar inclui preocupações que vão desde a organização de horários de funcionamento da creche compatíveis com a jornada de trabalho dos responsáveis pela criança, passando pela organização do espaço, pela atenção aos materiais que são oferecidos como brinquedos [...].

Com isso, podemos perceber que as necessidades da criança vão muito além das preocupações com alimentação, saúde e higiene. Contudo, isso não significa dizer que esses por sua vez não precisam estar inclusos por laços de afetividade, haja vista que as interações entre o adulto/professor e a criança são, muitas vezes, mediadas pela interação afetiva. Sendo assim, a criança também precisa de atenção, carinho e segurança, enfim, cuidar e educar precisam estar voltados para as necessidades formativas da infância.

Conquistado os vários direitos da criança, dentre eles o acesso à Educação Infantil, as atenções se voltam para a forma de atendimento a ser realizado e quais práticas pedagógicas adotar para o desenvolvimento pleno da infância. Para tais questões, é que foram elaborados documentos que passaram a nortear o trabalho pedagógico realizado nas instituições, estes tinham como objetivo mediar à aprendizagem e o desenvolvimento das crianças por meio das práticas pedagógicas adotadas.

Dentre estes documentos, cabe destacar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) elaborado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC) por profissionais da área educacional, com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade nos Centros de Educação Infantil em todo o país. Além desse documento, em 2009, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), reorganizada pela Resolução nº 05 de 2009 que tem como intuito auxiliar no processo de organização das propostas pedagógicas na Educação Infantil. Para tal,

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil (BRASIL, 2010, p.11).

Outro ponto relevante desse documento refere-se aos subsídios apresentados em seus escritos que buscam direcionar o atendimento nas instituições, traçando caminhos a serem seguidos, bem como a busca pelo desenvolvimento integral das crianças, além da qualidade do ensino mediado pela prática de profissionais qualificados para tal, o que pressupõe uma formação específica para esse campo e atuação.

Com relação à formação dos profissio-

nais da Educação Infantil, está previsto em lei que esta se dará mediante uma graduação em cursos superiores de licenciatura ou na modalidade normal em nível médio, conforme podemos constatar na LDB 9394/96 em seu artigo 62º:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Essa exigência se deu devido à precária ou nenhuma instrução das pessoas que atendiam o público infantil. Historicamente, o atendimento a essa faixa etária era realizado por pessoas com pouca ou nenhuma formação, iniciou-se pelas mães mercenárias que, como descrito anteriormente, cuidavam de um grande número de crianças em suas casas, passando por senhoras religiosas e caridosas até por profissionais da saúde ou, até mesmo, pela questão materna, momento esse em que mulheres eram selecionadas por possuírem habilidades maternas, ou seja, facilidade em lidar com a criança pequena pelo fato de serem mães. Esse era o quesito principal para as pessoas que se propunham a atuar na educação da infância.

Com o reconhecimento das instituições como centros educacionais e os olhares voltados para o desenvolvimento integral das crianças surgem as discussões relacionadas à importância da formação do profissional atuante nestas instituições que, pós LDB, passa a exigir uma formação específica na área.

No entanto, o que se pode notar, é que esta legislação deixa falhas quanto à formação docente, pois além de mencionar a graduação, em nível superior, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia a mesma destaca que a atuação na Educação Infantil também poderá ser exercida com uma instrução mínima em nível médio (antigo curso de Magistério), ou seja, apesar de todos os avanços já conquistados, ainda

vivemos alguns retrocessos, haja vista a grande relevância de se formar um profissional que tenha conhecimentos teóricos e práticos em relação à infância. Temos observado que é comum a existência de profissionais com pouca formação ainda hoje atuando em turmas de creches e pré-escolas em várias regiões de nosso país.

Sem dúvidas, essa triste realidade de certa forma torna a Educação Infantil ainda hoje, como algo que poucos acreditam, caracterizada no passado como assistencialista, na contemporaneidade vive os resquícios deixados pela, então, amarga historicidade da Educação Infantil, pois ainda é grande o número de conceitos em relação aos centros educacionais como meros locais de guarda, que prezam pelos cuidados básicos da criança, como destaca o historiador Kuhlmann Jr. (2000).

De certa forma, isso se explica na formação dos profissionais, que por um lado contam com uma formação mínima e por outro com a discriminação em torno de sua profissão. A árdua dificuldade que se tem em reconhecê-lo como professor.

Diante do que foi abordado é nítido os grandes passos que foram dados e conquistados, porém, muitos ainda são os desafios a serem enfrentados em prol de melhorias. Conforme apresentado, ao longo desse breve histórico, vimos a conquista de muitos direitos que reconheceram a criança como pensante e pertencente à sociedade. No entanto, na contemporaneidade vemos esses direitos serem, de certa forma, ignorados, pois mesmo que conquistados e estando presentes em leis, nem sempre são efetivados e muitas das legislações fizeram e fazem a diferença para as práticas pedagógicas, mas infelizmente nem todas saem do papel ou são oferecidas da forma como deveriam. Diante disso o Ministério da Educação e Cultura (MEC) afirma que:

As crianças tem o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas tem direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas

da vida econômica e social, favorecendo mais que uma escola digna, uma vida digna (BRASIL, 2006, p.21).

É perceptível a relevante especificidade da função atribuída à Educação Infantil, pois possibilita à criança o aprendizado, conhecimento de mundo, interação e a socialização com a sociedade por meio das experiências vivenciadas. Dessa forma, a Educação Infantil precisa ser vista e reconhecida como fundamental ao desenvolvimento da criança por toda sociedade.

A função da Educação Infantil e a relação com as famílias

Como vimos anteriormente, a educação das crianças passou por inúmeras transformações. Nesse contexto, além da criança ser reconhecida como sujeito de direitos, outras conquistas foram alcançadas como, por exemplo, o direito de ter acesso ao ensino público e a educação compartilhada entre a família e a sociedade.

Dessa maneira, a educação da infância ganha espaço e seu público passa a ser atendido em instituições denominadas como Centros de Educação Infantil, iniciando discussões em torno do papel e função dessa instituição. A relação construída entre a família e a instituição educacional também fomenta reflexões, uma vez que, esse vínculo se perpetua desde seu surgimento na sociedade (NOGUEIRA, 2006).

No entanto, se tornam mais concretas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 dispõe:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Grifo nosso).

A partir desse momento ficam sob suas responsabilidades (família/instituição) compartilhar tanto os cuidados básicos infantis como quanto a educação das crianças. Desde

então, a família passa a dividir a educação de seus filhos com as instituições onde estão inseridos.

A família e a instituição de Educação Infantil trazem um histórico de constantes mudanças, que ocorreram no decorrer da trajetória percorrida pela educação da infância. Mudanças essas, que vão desde seu surgimento numa perspectiva assistencialista até a contemporaneidade, em que se discutem a importância dessa relação e a participação da família no contexto educacional, assim como as visões acerca da função social do espaço de atendimento infantil (a creche e/ou pré-escola).

Rocha (2003, p. 02), ao discutir a Educação Infantil em corresponsabilidade com a família, afirma que é imprescindível refletir sobre uma política de educação da infância. Para isso, a autora ressalta que:

[...] as instituições que passam a ser **co-responsáveis** pela criança, nestes novos espaços coletivos necessitam redimensionar suas funções frente a estas mudanças, assumindo uma posição de negação, seja dos projetos de cunho custodial atrelados a perspectivas educacionais higienistas e moralizadoras, seja dos projetos de “preparação para o futuro” que pretendem uma escolarização precoce preocupada com a inserção na escola de ensino fundamental. A educação infantil tem uma identidade que precisa considerar a criança como um sujeito de direitos, oferecendo-lhe condições materiais, pedagógicas, culturais e de saúde para isso, de forma complementar à ação da família.

Ao inserir a criança em um contexto fora do familiar, é essencial pensar nesse espaço como complementar a ação da família, com funções voltadas ao pleno desenvolvimento da criança. Para que isso ocorra, a função da instituição não se volta somente aos cuidados com higiene, saúde e alimentação, nem para os locais de guarda utilizados por mães trabalhadoras que não têm com quem deixar seus filhos e, muito menos, para que as crianças sejam escolarizadas precocemente.

Esse ambiente precisa ser pensado de forma substancial, englobando o cuidar e o

educar de modo a complementar a educação familiar, oferecendo para isso profissionais com uma formação de qualidade preferencialmente em Nível Superior e uma estrutura que contemple as especificidades atribuídas a essa fase educacional, pois não basta apenas inserir a criança na creche, é necessário que ocorra significações em suas vivências para que elas sejam construtivas. “A oportunidade de acesso à EI de qualidade é um direito da criança e constitui um benefício que não pode ser medido somente por resultados futuros, mas principalmente pelas vivências que proporciona à criança naquela fase de sua vida” (CAMPOS *et al.*, 2011, p.18).

Kramer (1999, p. 01) ao mencionar a creche e a pré-escola como modalidades de Educação Infantil destaca que:

O trabalho realizado no seu interior tem caráter educativo e visa garantir assistência, alimentação e segurança com condições materiais e humanas que tragam benefícios sociais e culturais para as crianças [...] A educação infantil tem papel social importante no desenvolvimento humano e social.

A referida autora, ao destacar a importância da Educação Infantil, faz referência a uma pesquisa realizada por Campos (1997) em alguns países. Nessa pesquisa, os resultados obtidos demonstram que a frequência a essa fase educacional favorece o desenvolvimento infantil e também o desempenho escolar posterior das crianças (KRAMER, 1999).

Diante disso, o desenvolvimento humano se configura como função social da Educação Infantil, evidenciando a grande relevância dos trabalhos realizados na rotina dessas instituições. Cabe ressaltar que não faz parte de suas peculiaridades preparar para o ensino posterior, no entanto, esse fator pode ser decorrente das práticas pedagógicas exercidas nesta etapa educacional.

Em relação à sua função social, e ao encontro das definições expostas pelas autoras (KRAMER 1999; ROCHA 2003), a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) ressalta no artigo 29º que a Educação Infantil “[...] tem como finalidade o de-

envolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Nesse sentido, a função social das instituições destinadas ao público infantil é caracterizada como um lugar seguro, acolhedor, estimulador e educativo, que proporciona aprendizagens diversas (humana, social e cultural) por meio das interações e das experiências pelas crianças vivenciadas neste espaço, que por sua vez deve contemplar o desenvolvimento integral da criança em conjunto com a família.

No que se refere à educação compartilhada da criança entre a família e a instituição, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIS), em seu artigo 7º ressalta que:

Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:
[...] II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias (BRASIL, 2010).

A importância e a necessidade do diálogo e da parceria entre instituição e família responsáveis pelo cuidado e educação das crianças, se construiu no decorrer das conquistas alcançadas, pois com o sentido de infância estabelecida e com as perspectivas centradas na criança, acabam sendo reconhecidas como pertencente a uma sociedade, começa a se pensar em ideais para o bem estar delas.

Cabe salientar que, inicialmente, a educação das crianças era dever somente da família, ficando sob sua responsabilidade, além da educação, os cuidados com higiene, saúde e alimentação. Posteriormente a estes fatos, por diversos fatores, como a organização da sociedade, mudanças na estrutura familiar, entre outros, as famílias foram levadas a dividir as responsabilidades com os locais de guarda de atendimento à infância. No entanto, esse atendimento se delimitava somente aos cuidados básicos higienistas.

Na contemporaneidade, a participação das famílias tem sido cada vez mais almejada, discussões em torno do desinteresse da família, melhor desempenho das crianças, fracasso escolar são algumas das temáticas discutidas na área (POLONIA; DESSEN, 2005; FARIA FILHO, 2000, BHERING; NEZ, 2002).

Faria Filho (2000, p. 46) ao abordar a importância da relação família e a escola menciona que:

Há uma clara consciência da importância da família na educação (...) Há, no entanto, uma constante: a relação entre escola e família é, sempre, relacionada às mudanças sociais em curso, à vida na cidade e à necessidade do concurso de ambas para a formação do cidadão-trabalhador, higiênico e ordeiro.

O autor destaca que a educação dos filhos muitas vezes é vista e avaliada pela família somente como meio para inserção no mercado de trabalho. Contudo, reconhece a importância dada à educação em outros aspectos, o autor afirma ainda que. “A escola deve completar a tarefa do lar [...] A ação da família é, no entanto, uma ação complementar a da escola e a ela subordinada, porque se desconfia da competência da família para bem educar” (FARIA FILHO, 2000, p.46).

Polonia e Dessen (2005, p. 305) ao mencionarem a influência da família e da instituição educacional no desenvolvimento humano destacam que:

Enquanto a escola estimula e desenvolve uma perspectiva mais universal e ampliada do conhecimento científico, a família transmite valores e crenças e, como consequência, os processos de aprendizagem e desenvolvimento se estabelecem de uma maneira coordenada.

Contudo, conforme as autoras, no contexto familiar é necessário “[...] criar um ambiente propício para a aprendizagem escolar, incluindo acompanhamento sistemático e orientações contínuas em relação aos hábitos de

estudos e às tarefas escolares” (POLONIA; DESSEN, 2005, p. 307).

Evidencia-se que ao compartilhar a educação das crianças, cada uma dessas instâncias (família/escola) possui distintos papéis que se complementam. Sendo assim, não compete somente a instituição educacional o estímulo à aprendizagens de conteúdos escolares, a família precisa participar ativamente nesse processo e, no caso da Educação Infantil, tal participação diz respeito à compreensão do papel da creche na educação e desenvolvimento do bebê e/ou da criança pequena. Infelizmente, isso nem sempre ocorre, pois muitas famílias acabam designando essa função somente a instituição.

Nessa direção, a instituição educacional acaba assumindo responsabilidades dos pais, uma vez que, como citado, esses papéis na educação das crianças acabam invertendo-se. Não consideramos que seja papel da escola uma ação efetiva na prática da educação moral das crianças sob pena de não atingir seus objetivos centrais do acesso ao conhecimento acumulado ao longo da história pela humanidade, contudo, reconhecemos que a instituição de Educação Infantil ou escolar tem uma função importante nesse processo, mas não definitiva.

Quando as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) reconhecem a guarda compartilhada desta educação, entende-se que é preciso criar parcerias para o bem estar infantil e não uma transferência dos papéis sociais de cada instância (escola-família). Tal problemática corresponde a fatores fortemente ligados as constantes mudanças ocorridas na sociedade e, principalmente, relacionadas às questões socioeconômicas.

Ao mencionar as parcerias necessárias entre ambas instâncias, cabe evidenciar como estão sendo estabelecidas essas relações, que apesar de não ser algo recente, ainda não se concretizou de maneira efetiva, pois ainda enfrentam-se muitas problemáticas, ora acabam não incentivando a abertura para que as famílias tenham uma participação mais ativa, ora por parte das famílias que possuem cada vez menos tempo para acompanhar o desenvolvimento dos filhos no que diz respeito às ativi-

dades realizadas/propostas no espaço da creche.

Bhering e Nez (2002, p. 69), ao analisarem o envolvimento de pais na creche e discutirem as possibilidades/dificuldades dessa parceria, evidenciam que:

A criança parece ser o único elo de ligação entre creche e família. É através da criança que os pais ficam sabendo o que acontece na creche; e que as professoras conhecem o que acontece dentro de casa das crianças [...] Pais e creche só mantêm uma relação mais aberta e um contato mais direto quando algo acontece com a criança [...] Desta forma, o envolvimento dos pais com a instituição só acontece quando são solicitados ou de acordo com as necessidades da criança. A creche, por sua vez, assume esta responsabilidade de forma enfática, excluindo os pais das decisões e comunicando-os sobre o que acontece com a criança somente quando é estritamente necessário, ou quando a creche, não consegue, sozinha, resolver problemas relacionados à criança (geralmente problemas de saúde e comportamento).

A partir dessa constatação, além dos dados dessa relação apresentados pelas autoras, é possível observar que uma relação mantida por meio de bilhetes ou reuniões esporádicas realizadas ao longo do ano não pode ser considerada como elemento integrador da família com a instituição infantil. Em suma, a experiência da prática vem demonstrando que, na maioria das vezes, é assim que a participação dos pais vem ocorrendo na creche e essa realidade pode ser descrita como casualidades que apresentam-se quando acontece algo com a criança que professores, coordenadores e diretores não conseguem lidar. Como, por exemplo, em casos de doença e reclamações do comportamento.

Por outro lado, ainda há famílias (ainda que em menor número) que reconhecem a importância de sua participação para o bom desempenho escolar da criança. Muitas famílias mos-

tram certa preocupação em relação a sua pouca participação na vida educacional de seus filhos e fazem o possível para estar acompanhando com maior frequência (TEIXEIRA, 2013).

Nessa perspectiva, de acordo com o que se evidencia, nota-se que a família possui a compreensão de sua influência na parceria com a instituição educacional. Entretanto, indagamos: Será que a função atribuída ao contexto escolar e, especificamente, a Educação Infantil é compreendido pelas famílias?

Anseia-se, por meio desse estudo, desvelar os princípios que regem o ideário familiar sobre o papel atribuído ao fato de seus filhos terem uma vaga na Educação Infantil, frequentarem esse espaço e, mais especificamente, observar se os pais têm a percepção de que esse momento da vida da criança é relevante para sua aprendizagem e desenvolvimento integral.

Contudo, entender a finalidade da função social que a instituição de Educação Infantil representa no contexto familiar, como embasamento teórico-metodológico desse artigo.

Procedimentos metodológicos

Esse estudo tem como fundamento compreender o papel atribuído à Educação Infantil (creche) na perspectiva das famílias que possuem filhos matriculados em uma instituição pública do município de Naviraí/MS. A abordagem metodológica adotada para a coleta e tratamento dos dados foi a pesquisa qualitativa, por permitir o acesso e descrição da situação investigada pelo pesquisador de forma mais natural e abrangente. Autores como Silveira e Córdova (2009, p. 31) afirmam que:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização [...] Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos [...] Na pesquisa

qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas.[...] A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Nesse entendimento, os estudos qualitativos podem ser conceituados métodos desenvolvidos com o intuito de compreender os mais diversos aspectos da sociedade. De modo comum, os instrumentos de estudo geralmente são pessoas ou objetos e sua finalidade é entender a realidade e vivências dos sujeitos de forma não quantificadas.

Bogdan e Biklen (1994, p. 47) afirmam que a investigação qualitativa possui cinco características, sendo elas:

- 1-[...] a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal.
- [...] 2. A investigação qualitativa é descritiva [...]
3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos [...]
4. Investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva [...]
5. O significado é de importância vista na abordagem qualitativa.

Segundo os autores, a pesquisa qualitativa é descritiva, coloca o pesquisador como ferramenta preponderante e o ambiente como fonte de dados, uma vez que os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o conjunto a ser estudado, ou seja, possuem um contato mais direto com o contexto, pois veem uma significância maior no processo da pesquisa do que nos resultados finais obtidos.

Na pesquisa qualitativa o objetivo é compreender o que os sujeitos experimentam, vivenciam, estruturam, como interpretam as suas vivências. Par tal, o processo empírico desse tipo de abordagem metodológica envolvidos que podem ser obtidos por meio de entrevistas, questionários, notas de campo, fotografias, vídeos, memorandos, entre outros.

Assim, os dados coletados são utilizados como fonte direta de informações sobre a situação e/ou fenômeno estudado, onde as estratégias se traduzem nas atividades de interações que ocorrem durante o processo da investigação.

O direcionamento das ações se fez no intuito de responder aos seguintes objetivos específicos:

Quadro 01: Relação entre os objetivos específicos e os instrumentos empregados para atingi-los.

Objetivos	Instrumento de coleta dos dados
Caracterizar o histórico da Educação Infantil.	Levantamento bibliográfico
Identificar fatores que regem o acesso a creche bem como a permanência nesse espaço.	
Descrever e analisar a percepção das famílias em relação às possíveis contribuições da Educação Infantil para o desenvolvimento dos filhos.	Entrevista com as famílias

Para atingir a relação de objetivos descrita acima, nos debruçamos no trabalho de campo a partir das seguintes fases de elaboração da pesquisa:

(1ª) Aprofundamento de leitura e constituição de um referencial teórico-metodológico: para isso, o estudo contou com uma pesquisa bibliográfica, que foi utilizada como embasamento para a escrita da

parte teórica apresentada no artigo. Esse estudo foi realizado em vários trabalhos que abordavam a temática e teve como propósito contribuir para melhor entendimento do assunto. Marconi e Lakasto (2003, p.157) afirmam que “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem

capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

(2ª) Contato com a Gerência Municipal de Educação (GEMED) para solicitação: com o quadro teórico finalizado, entramos em contato com a GEMED local para requerer a adesão da proposta de estudos junto ao Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI – devido à questão de que precisávamos desse contato antes de ir à campo.

No que se refere à coleta de dados, a princípio houve a possibilidade de realizarmos os estudos em uma instituição que estava em processo de inauguração, o que viria a melhor contribuir para o trabalho, tendo em vista que o anseio à inserção na Educação Infantil poderia ser melhor compreendido, uma vez que não havia nenhum vínculo efetivado com a instituição. No entanto, devido à impossibilidade por parte da secretaria de educação no fornecimento de dados necessários para a coleta das informações pretendidas, não foi possível realizar-se dessa forma.

(3ª) Identificação da instituição de Educação Infantil colaboradora: a coleta de dados realizou-se em uma instituição municipal que denominaremos nesse artigo como “Criança Feliz”. Ressaltamos que a escolha foi pessoal e ocorreu devido a alguns fatores que consideramos relevante para o desenvolvimento da pesquisa, tais como, a experiência de estágio extracurricular por 2 anos consecutivos realizado pela primeira autora e por ter conhecimento de que algumas crianças que estão matriculadas nesta instituição estavam inseridas desde o berçário I.

(4ª) Elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada: Esse momento pode ser considerado como um dos mais apreensíveis na realização do trabalho de campo, pois nas perguntas que compuseram o roteiro foram propostas uma interação com as famílias que buscasse respostas para as indagações e inquietações presentes na possibilidade de conhecer a perspectiva delas sobre o papel da Educação Infantil.

Dessa forma, foram elaboradas 11 perguntas específicas relacionadas a função e a percepção dos pais sobre o papel social da creche.

(5ª) Teste piloto: Apesar dos muitos estudos realizados acerca de como lidar com a entrevista semiestruturada, ainda foi com grande dificuldade que o teste piloto foi realizado. Nesse sentido, foi possível vivenciar a importância que essa etapa tem para o pesquisador no processo de coleta de dados, uma vez que por meio dessa experiência é possível verificar os pontos a serem corrigidos no intuito de melhorias, tanto para o roteiro quanto para a forma como é desenvolvida no que se refere a desenvoltura do entrevistador.

Manzini (2003, p.20) afirma que “[...] a entrevista piloto pode não só auxiliar na adequação do roteiro, mas também servir a entrevistadores com pouca experiência se familiarizarem com a arte de entrevistar”.

Cabe evidenciar que após a realização da entrevista foi possível identificar pontos que poderiam ser melhor explorados na entrevista com as famílias. A necessidade de incluir ou até mesmo, complementar as perguntas no momento da entrevista, a relação assim como a reflexão após a entrevista piloto. Sendo assim, nota-se que o teste piloto é importante tanto no processo de coleta de dados quanto para o resultado final da pesquisa.

(6ª) Entrevista com as famílias: Esse momento ocorreu com 4 famílias, sendo 2 do berçário e 2 do maternal. O critério utilizado para seleção dessas famílias está relacionado à frequência, sendo assim foram entrevistadas 2 famílias que possuem filhos matriculados e que são assíduos e 2 famílias que não são frequentes.

Em relação à entrevista semiestruturada Triviños (1987, p. 146) destaca que esta tem como particularidade “[...] questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebem as respostas do informante”.

Manzini (1991, p. 154) ressalta que “Geralmente, a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

Para o autor, a entrevista semiestruturada por meio de roteiros tem como especificidade a formulação de perguntas básicas e objetivas que podem ser respondidas de forma mais livre, podendo o entrevistador acrescentar perguntas ao decorrer da entrevista conforme surgirem novas indagações, pois neste tipo de entrevista há uma interação social com o sujeito, ou seja, entrevistador e entrevistado ficam frente a frente (MANZINI, 2003).

Desse modo, o roteiro que desenvolvemos envolveu questões ligadas à: motivação para matrícula da criança na instituição de Educação Infantil; relação dos pais com a professora da turma; percepção sobre o que as crianças fazem durante o horário da creche; observação de mudanças no desenvolvimento do filho ao longo do tempo em que o mesmo frequenta a creche, como também o porquê da existência desse espaço destinado ao público infantil.

As perguntas da entrevista foram:

- Quais os motivos que o levaram a matricular seu filho (a) no berçário/maternal?
- Em sua opinião, o que seu filho (a) faz durante o tempo que passa na instituição?
- Como é sua relação com a instituição em que seu filho (a) está matriculado? E com a professora?
- Você acredita que seu filho (a) é bem atendimento nesta instituição? Poderia citar alguns exemplos da qualidade (ou não) desse atendimento?
- Há quanto tempo seu filho(a) frequenta a Educação Infantil? Durante esse tempo houve alguma mudança que você

considera importante?

- Se pudesse mudaria algo na instituição? Comente.
- Em sua visão, com qual faixa etária as crianças deveriam que frequentar a Educação Infantil? Por quê?
- Poderia me dizer por que considera importante que a existência da creche?
- Caso não trabalhasse, colocaria seu filho (a) em uma instituição de Educação Infantil? Por quê?
- Em sua opinião, quem e como deve ser a pessoa para trabalhar na turma de berçário/maternal?
- Em toda instituição (creche) existe uma lista de espera de crianças que aguardam por uma vaga. Diante disso, por que você acredita que existe essa lista?

(7ª) Transcrição da entrevista, cruzamento e análise dos dados: Em suma, a experiência do contato com as famílias possibilitou a identificação da visão predominante sobre a função da creche e serão destacadas a partir de categorias emergentes da entrevista realizada, como poderemos verificar nos próximos tópicos.

Caracterização das famílias

Com o intuito de aprimorar a pesquisa, consideramos necessário configurar os perfis das famílias entrevistadas, como demonstra o quadro 02 e que serão melhor detalhadas abaixo. Para isso as famílias serão identificadas de acordo com o critério da escolha para a entrevista. Sendo assim, as famílias com filhos frequentes na instituição serão identificadas como **FAMÍLIA FRE. 01** e **FAMÍ-**

Quadro 02: Caracterização das famílias de berçário e maternal participantes da pesquisa.

Família	Número de filhos	Renda mensal	Escolaridade
Família fre. 01 berçário	1	04 a 05 salários mínimos	cursando ensino superior
Família fal. 01 berçário	2	05 a 06 salários mínimos	cursando ensino superior
Família fre. 02 maternal	1	04 a 05 salários mínimos	ensino médio completo
Família fal. 02 maternal	2	01salário mínimo	ensino médio incompleto

FAMÍLIA FRE. 01– A mãe de 19 anos foi quem nos concedeu a entrevista, ela é casada e possui 01 filho de 10 meses. Pai e Mãe trabalham fora do lar e constituem renda familiar de 04 a 5 salários mínimos, quanto à escolaridade, a mãe cursa o Ensino Superior (Pedagogia), o pai possui o Ensino Médio. A família reside em um bairro próximo à instituição.

FAMÍLIA FRE. 02– O pai de 30 anos foi quem entrevistamos, ele é casado e possui 01 filho de 04 anos de idade. Pai e mãe trabalham fora do lar e constituem uma renda familiar de 4 a 5 salários mínimos. Em relação à escolaridade, os dois possuem Ensino Médio completo, residem em um bairro considerado longe da instituição na qual o filho está matriculado.

FAMÍLIA FAL. 01– A mãe de 23 anos concedeu-nos a entrevista. Ela é solteira e tem 02 filhos, sendo um de 07 anos e outro de 01 ano que é quem frequenta a instituição. A mãe reside com os pais no centro da cidade, trabalha fora do lar, juntos possuem renda familiar de 05 a 06 salários mínimos e no momento está cursando o Ensino Superior (Pedagogia).

FAMÍLIA FRE. 01– A mãe de 19 anos foi quem nos concedeu a entrevista, ela é casada e possui 01 filho de 10 meses. Pai e Mãe trabalham fora do lar e constituem renda familiar de 04 a 5 salários mínimos, quanto à escolaridade, a mãe cursa o Ensino Superior (Pedagogia), o pai possui o Ensino Médio. A família reside em um bairro próximo à instituição.

FAMÍLIA FRE. 02– O pai de 30 anos foi quem entrevistamos, ele é casado e possui 01 filho de 04 anos de idade. Pai e mãe trabalham fora do lar e constituem uma renda familiar de 4 a 5 salários mínimos. Em relação à escolaridade, os dois possuem Ensino Médio completo, residem em um bairro considerado longe da instituição na qual o filho está matriculado.

FAMÍLIA FAL. 01– A mãe de 23 anos concedeu-nos a entrevista. Ela é solteira e tem 02 filhos, sendo um de 07 anos e outro de 01 ano que é quem frequenta a instituição. A mãe reside com os pais no centro da cidade, trabalha fora do lar, juntos possuem renda familiar

de 05 a 06 salários mínimos e no momento está cursando o Ensino Superior (Pedagogia).

FAMÍLIA FAL. 02 – A mãe de 20 anos foi quem entrevistamos. Ela é casada e tem 02 filhos, o menor com 7 meses e a maior com 3 anos de idade que é quem está matriculada na creche. Residem em um bairro próximo a instituição, não trabalha fora do lar, sendo que a renda familiar é obtida por meio do emprego do pai, que recebe 1 salário mínimo. Em relação a escolaridade o pai possui o Ensino Médio e a mãe o Ensino Médio incompleto.

Perspectivas sobre a creche em análise

Durante a realização das entrevistas buscamos identificar a opinião dos pais no que diz respeito aos fatores que regem o acesso a creche, bem como a permanência nesse espaço e a percepção das famílias em relação às contribuições da Educação Infantil para o desenvolvimento dos seus filhos. Nessa direção, foi possível identificar no discurso dos sujeitos entrevistados alguns posicionamentos que revelam questões ligadas à socialização das crianças e a interação com o ambiente educacional (**FRE. 01, FRE. 02 e FAL. 01**), como também aspectos do assistencialismo, pois houve respostas direcionadas a importância do espaço da creche para que os pais possam trabalhar (**FAL. 02**).

Como se verifica, a maioria dos pais, ao menos na teoria, caracterizam que o acesso a esse espaço possibilita um maior desenvolvimento da criança.

Ao analisar as respostas das famílias no que diz respeito às atividades desenvolvidas na instituição, notamos que foram breves e sem muitos esclarecimentos sobre a proposta de trabalho da Educação Infantil, conforme podemos observar em seus relatos:

[...] Ele brinca, ele come, ele faz atividade [...] para ele brincar com tinta, com bola, com coordenação motora [...] (FRE. 01)

Eu acho que ela tem um horário que ela faz atividade, deve ter também o horário dela que ela brinca [...] (FAL. 02).

[...]Eles chegam tomam um leiteinho, aí come, aí tem a hora da recreação deles, que

eu acho que vão no sol, brincam né, saem da sala de aula[...] aprendem musiquinha [...] aprendem a bater palmas[...] (FAL. 01).

É notável que mencionam a rotina da instituição para definir as atividades desenvolvidas na creche e as afirmações fazem referências a questões de higiene, saúde e alimentação. Dentre as quatro famílias, apenas **FRE. 02** demonstra ter um breve entendimento da prática educativa, pois destaca que as professoras trabalham diariamente alguns conhecimentos, mas não especifica o que exatamente.

De modo geral, a partir dessa compreensão inicial, podemos inferir que a instância familiar ainda não possui uma ideia consolidada em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição, uma vez que em seus relatos é evidente a falta de definição do que é desenvolvido no tempo em que as crianças passam nos Centros Integrados de Educação Infantil (CIEI).

As mães que possuem filhos em berçário mencionam que apesar do pouco tempo que seu filho está inserido na instituição já conseguem perceber mudanças significativas. Apontam o estímulo que o convívio com as demais crianças proporciona para esse desenvolvimento, fator também apontado pelas famílias de crianças do maternal, como declaram:

Acho que andar, meu filho mesmo está vendo os amiguinhos dele andar, ele sai engatinhando correndo, e ele já quer ficar de pé sozinho, já tem iniciativa de andar, eu acho que isso é um desenvolvimento maravilhoso. (FRE. 01)

O desenvolvimento dele[...] ele aprendeu a conviver com outras crianças, ele é bem comunicativo, acho que é pelo fato de ter bastante criança da mesma idade na sala dele[...] (FAL. 01)

Sabemos que as relações entre as famílias e a creche são bem mais fáceis de ocorrer quando comparada a outras etapas do ensino. Essa realidade é possível em decorrência do contato entre pais e professoras em momentos de interação, como a recepção da criança na porta da sala de aula. Nessa direção, ao serem questionadas sobre a relação com a cre-

che, todas descreveram possuir um bom contato com a instituição a partir dos seguintes pontos: **a)** falta de problemas com as professoras; **b)** o tratamento que o filho recebe; **c)** reuniões que participam e; **d)** assuntos diversos relacionados aos filhos.

Ao interpretarmos a “boa relação” com a creche, chamamos atenção para o fato de que isso deve-se, no ideário dos pais, à questão de guarda e proteção das crianças, ou seja, elas são bem cuidadas.

Maistro (1999, p. 51) aborda que “[...]a participação das famílias na creche, para as duas instituições, se reduz ao espaço de reunião de pais. Isso evidencia que a compreensão do que é participar parece restringir-se a “vir quando são chamados” pela instituição [...]”, o que revela a relação superficial mantida por ambas as partes e que, ao que tudo indica, parece existir no caso pesquisado.

Bahia, Magalhães e Pontes (2011, p. 18) consideram que esse tipo de participação não é positiva, haja vista que:

Em uma educação que tem como foco a criança, os serviços são integrados à família, para tanto é necessário espaço para o diálogo, para as relações, para a participação, para a educação, e envolve crianças, professores e familiares. Portanto, sendo a creche um dos contextos de desenvolvimento da criança e de formação de cidadãos responsáveis pelo seu viver em sociedade, ela necessita dividir sucessos, dificuldades, e, acima de tudo, compartilhar o processo de cuidar e educar a criança na etapa de vida em que se encontra.

Diante do exposto, ao analisar as respostas dadas em relação ao atendimento, as famílias consideram que seus filhos sejam bem atendidos. Contudo, observamos que muitas vezes atribuem o bom atendimento a questões ligadas aos cuidados básicos, não que essa prática não seja importante, pois cuidar faz parte das especificidades da Educação Infantil a partir de sua indissociabilidade com o educar. O significado atribuído à supervalorização das ações de cuidado é recorrente no discurso das famílias e apresentam-se como um elemento que pode reforçar práticas assistencialistas,

uma vez que relacionam a função central da instituição a esses aspectos:

Tanto em questão do banho, de alimentação[...] ele se sente bem aqui[...] desde a brincadeira, desde a professora senta com ele e canta musiquinha, dá atenção pra ele[...] (FRE. 01).

(...) ele é muito bem atendido{...} ele tem uma jantinha{...} está sempre limpinho, cheirosinho {...} cuida muito bem dele, ele é bem cuidado. (FAL. 01).

Nos relatos citados, podemos perceber uma divisão de opiniões, as afirmações das famílias nos levam a deduzir que por mais que se tenha certo conhecimento em relação ao contexto educacional, como é o caso das famílias **FRE.01** e **FAL. 01**, as mesmas demonstram um pensamento não condizente com as práticas pedagógicas evidenciadas em suas formações (ambas se encontram em processo de graduação no curso de Pedagogia), pois relacionam o bom atendimento de seus filhos aos cuidados práticos necessários que um bebê precisa ter.

Já quanto as falas das famílias **FRE.02** e **FAL. 02** nos remetem ao pensamento de que crianças maiores, no caso maternal, estarão recebendo um atendimento pautado em aprendizagens que favorecerão quando ingressarem na pré-escola. Isso fica mais evidente na fala de **FRE. 02**“[...] *O que eu posso dizer, seria mais sobre o ensinamento, ensinamento do dia a dia que eles necessitam (...) se dar bem com as crianças, saber respeitar o momento [...]*”.

Ao discutirmos a importância da creche para as famílias, logo percebemos que todas se dizem satisfeitas com a instituição, com o atendimento recebido pelo filho e com o desenvolvimento das atividades. No entanto, algumas sugestões das famílias **FRE. 02**, **FAL. 01** e **FAL. 02** são levantadas a partir do entendimento de que elas poderiam contribuir ainda mais para a atuação mais efetiva da creche em suas necessidades:

- Atendimento em feriados que normalmente se constituem em pontos facultativos pelo setor educacional;
- Exploração de espaços com circulação de ar livre para prevenir a propagação de vírus como, por exemplo, a gripe;

- Ampliação do espaço físico e um maior número de profissionais para ajudar na sala de aula.

Podemos constatar que as indicações dos pais residem em fatores que caminham em duas direções, sendo a primeira na questão mais assistencial no caso do feriado e a segunda numa perspectiva de ampliar as oportunidades de experiências das crianças a partir da exploração de espaços externos à sala de aula e a contratação de pessoas que contribuam para esse atendimento. Em relação ao destaque para que as instituições atendam em períodos de feriados, a justificativa dada pela família (**FRE. 02**) reside na interferência disso na rotina dos pais que trabalham e não têm com quem deixar seus filhos.

Percebemos por meio das sugestões levantadas que a visão assistencialista ainda é predominante nos ideários atuais da sociedade e que as famílias acabam por reproduzir esse modelo. Tendo em vista que a creche é uma instituição educacional, assim como a escola que atende o Ensino Fundamental, não podemos permanecer com essa visão estereotipada de que esse seria um local de “guarda” para serem deixados os filhos enquanto seus pais trabalham.

Moreira (2014, p.02) afirma que “A maioria das crenças que atribuem à creche a visão estereotipada de local para ‘guardar’ as crianças enquanto suas mães trabalham derivam do desconhecimento da organização espaço-tempo e das funções cuidar-educar que as creches assumem [...]”, situação essa também apresentada nas falas das famílias que entrevistamos.

Tal concepção aparece declaradamente quando as indagamos sobre a importância da instituição:

Eu acho que ajuda muito os pais(...) e na vida dele a importância é que ele se desenvolve mais rápido (...) vamos supor, engatinhar(...)eles ficam no tatame, eles vão engatinhar mais rápido, em casa se ele ficar no cercadinho ou só no carrinho, ou só no colo, a tendência é só demorar engatinhar, aqui às vezes o professor conversa mais, canta, eles falam mais rápido, em casa às vezes não é assim. (FRE. 01)

Eu acho que não é só a parte de deixar para cuidar (...) porque pai e mãe tem que trabalhar

(...) o desenvolvimento da criança que é muito importante (...) ali já começa a desenvolver um aprendizado melhor para ele (...) (FRE. 02)

Ajuda as mães que não tem condições de pagar uma babá(...) pra pagar uma baba hoje, você tem que saber(...) e muito bem quem vai cuidar de seu bebe(...) ele tem uma fase que ele está descobrindo a vida, então tem que ser uma pessoa muito carinhosa (...) a creche tem pessoas especializadas para isso, pessoas que gostam de cuidar de crianças(...) a creche ensina desde pequenininho a interagir com as crianças. (FAL. 01)

Porque a criança só ficar em casa (...) pelo menos meio período que ela vem na creche e os professores ensinam algum tipo de brincadeira, ela também começa a dialogar, a conversar com os amiguinhos, acho que aprende muita coisa (...)(FAL. 02).

Nos discursos apresentados, notamos que as famílias mencionam a socialização, a interação, o estímulo que o ambiente proporciona como fatores principais dos desenvolvimentos ocorridos no contexto educacional, além de citaram a creche como um mecanismo de auxílio aos pais que não tem condições financeiras para ter alguém em casa “cuidando” dos filhos.

Entretanto, esse ponto de vista passa a ser contraditório quando são apontadas características pessoais para definição do perfil profissional atuante no contexto da Educação Infantil. Para a maioria dos pais, qualidades como responsabilidade, paciência, carinho, atenção e, até mesmo a experiência materna, são elementos necessários na perspectiva da família para que “cuidem” das crianças na creche.

Diante dos fatos explícitos nesse ideário, podemos perceber que a visão em relação às professoras não apresentaram características de um perfil de formação para atuação com a criança pequena. Desse modo, o perfil associado professora/mãe está constantemente ligado ao histórico assistencialista que a creche carrega, situação essa que nos permite considerar que a percepção deturpada da instituição poderá ser superada quando houver um ponto de vista que encare a instituição de educação para a infância como sendo um espaço de aprendizagens e de ressignificação das ex-

periências infantis a partir da indissociabilidade do cuidar/educar.

Sobre esse ponto, Moreira (2009, p. 33) enfatiza que:

É gritante a necessidade de se realizar um trabalho esclarecedor junto às famílias sobre o verdadeiro papel da creche na vida de suas crianças. As famílias não têm a menor noção de que a partir da CF (1988) a creche existe como um direito que foi conquistado para essas crianças visando seu desenvolvimento baseado em relacionamentos seguros e afáveis.

Outro fator que demonstra a falta de entendimento do direito da criança ao espaço da Educação Infantil reside ainda na compreensão dos sujeitos entrevistados de que a ocupação das vagas precisa ser destinada a filhos de famílias que possuem vínculo empregatício, atribuindo assim o critério da vaga para mães trabalhadoras.

Nessa perspectiva, Didonet (2001, p.14) esclarece:

A creche organiza-se para apoiar o desenvolvimento, promover a aprendizagem, mediar o processo de construção de conhecimentos e habilidades por parte da criança, procurando ajudá-la a ir o mais longe possível nesse processo. Por isso, até as mães que não trabalham fora de casa e tem se condições de se dedicar aos filhos e aquelas que tem como pagar uma baba instruída, podem colocar seus filhos numa instituição de educação infantil com grande vantagem para eles. A creche cumpre um objetivo educacional proeminente.

O direito ao acesso à Educação Infantil é da criança. Dessa forma, não devem ser direcionados a ocupação, exclusivamente, de famílias que trabalham.

Com base nos marcos legais elencados, verifica-se que a educação infantil integra o sistema de ensino, sendo um dever do Estado e

organiza-se segundo normas do Sistema Educacional vigente. Portanto, precisamos ter bem claro que a oferta de vagas em creches e escolas de educação infantil pública não se trata de um favor, mas sim um **direito de todas as crianças de 0 a 6^o anos** (MOREIRA, 2014, p.05, **grifo do autor**).

Percebemos nos discursos apresentados que nem todas as famílias possuem conhecimentos necessários para discutir a questão do direito do acesso à Educação Infantil e, menos ainda, para a seleção de vagas ofertadas. Esse dado permite concluir que muitos pais não conhecem a creche como uma instituição educacional e nem o direito das crianças de estar nesse espaço. Muitos têm a visão de que esse é um local de “guarda” e que sua função é ofertar apoio para mães trabalhadoras pobres.

Em suma, é notório nas respostas o quanto o resquício histórico do assistencialismo ainda está presente na Educação Infantil. Assim, mesmo com inúmeros direitos alcançados, no ideário da sociedade essa é uma instituição que possui atribuição voltada ao atendimento dos cuidados. Das quatro famílias entrevistadas, apenas uma (**FRE. 02**) demonstrou ter, em alguns momentos, indícios do conhecimento da importância da creche frente ao desenvolvimento de seu filho.

Considerações finais

Ao longo desse trabalho procuramos apresentar uma investigação sobre a função social atribuída à Educação Infantil na perspectiva de famílias com crianças matriculadas em turmas de berçário e maternal. Nesse sentido, recorreremos a dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro famílias com características ligadas ao aspecto da frequência na creche.

Os dados descritos e analisados indicam uma concepção assistencialista na percepção dos pais sobre o atendimento de seus filhos na instituição, pois recaem sobre aspectos que

dizem respeito a critérios de vagas para mães trabalhadoras, creches como locais de “guarda” que priorizam os cuidados e a visão das professoras atrelada a figura materna. Todavia, como mencionado em diversos momentos no trabalho, não é essa a função que a creche deve exercer. Esse contexto necessita estar imerso as práticas pedagógicas que integram cuidar e educar nas ações da rotina, proporcionando experiências compartilhadas entre os indivíduos que nela estão inseridos. Contudo, para que esse pressuposto ocorra é preciso profissionais com uma formação de qualidade centrada nas especificidades da infância. No entanto, a partir da experiência da pesquisa apresentada nesse artigo, não nos atrevemos a responsabilizar somente as famílias por ainda pensarem dessa forma, pois mesmo após anos a promulgação de leis que alteram e instituem diretrizes para o funcionamento das instituições de Educação Infantil, ainda perpassam entre as práticas resquícios do caráter assistencialista decorrentes do processo histórico do atendimento à criança pequena.

A partir dos achados da pesquisa, cabe destacar que é possível perceber a existência de diferentes olhares em relação à instituição quando comparamos o nível e a condição socioeconômica da família. Evidenciamos falas que nos levam a caracterizar a instituição como locais públicos de apoio aos pais que precisam trabalhar e não têm lugar para deixar seus filhos ou mesmo condições para pagar uma babá. Logo, esse olhar remete ao imaginário de pessoas sem conhecimento do papel da instituição, uma vez que o histórico assistencialista prevalece no discurso dos sujeitos entrevistados.

A relação da família com a instituição apresentou-se, no caso pesquisado, como uma questão importante a ser problematizada, haja vista que são construídas ideias equivocadas sobre o atendimento recebido por seus filhos. Isso é comum porque as famílias não têm contato direto com a creche, veem quando são convocadas em momentos esporádicos, sempre em reuniões ou quando possuem problemas com a criança.

6. Atualmente e de acordo com a atualização da lei 12.796 de 2013, conforme o Art. 29, a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos.

Outro ponto a ser destacado são as contribuições dessa instância para o desenvolvimento das crianças. Notamos que nem sempre os pais têm conhecimento das atividades desenvolvidas e que acabam recorrendo a rotina para descrever as experiências adquiridas nesse espaço. Assim, compreendem a Educação Infantil como favorável ao desenvolvimento de seu filho por acreditarem que a interação e socialização entre as crianças contribuem de forma positiva. No entanto, quanto à essência do atendimento recebido pela creche, as famílias acabam relacionando aos cuidados com higiene e alimentação.

A pesquisa nos permite afirmar que é preciso construir um diálogo entre a família e a instituição para que a mudança no ideário social sobre o papel das instituições de educação para a infância incorpore entendimentos mais condizentes e conscientes da importância desse espaço para o desenvolvimento da criança. Essa reflexão faz de nós, futuros educadores, os sujeitos mais importantes desse contexto, uma vez que as iniciativas tomadas devem partir de profissionais que também compactuam de melhorias frente ao ideário social construído sobre a função da instituição.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L.B.P. **Educação infantil**: na trilha do direito. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 193 p., 2010.
- BAHIA, C. da C. S.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. A relação creche-família na visão de professoras e mães usuárias de creche. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. V.06, n 02, 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/4879/4105>, Acesso em: 20, fev. 2015.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, Portugal, 1994.
- BUJES, M. I. E. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, C. M.; KAER-CHER, G. E. (orgs.) **Educação Infantil**: Pra que te quero? Porto Alegre, Editora Artmed. 2001. p. 13-22.
- BHERING, E.; NEZ, T. B. Envolvimento de pais em creche: possibilidades e dificuldades de parceria. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Santa Catarina, Vol. 18, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n1/a08v18n1.pdf>>, Acesso em: 23, mar. 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- _____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, dez. 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**– Brasília: MEC, SEB, 2010.
- _____. ECA (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>, Acesso em: 03, mar. 2015.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: Introdução – Brasília: MEC, SEB, 1998, V. 01.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: Formação Pessoal e Social– Brasília: MEC, SEB, 1998, V. 02.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: Conhecimento de Mundo– Brasília: MEC, SEB, 1998, V. 03.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Políticas Nacionais de Educação Infantil**. Brasília, 2006.
- CAMPOS, M.M. Educação infantil: o debate e a pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 113-127, jul. 1997. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/>

- view/754>, Acesso em: 02 fev. 2015.
- CAMPOS, M. M.; BHERING, E. B.; ESPOSITO, Y.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, B.; VALLE, R.; UNBEHAUM, S. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, v.37, 220p. São Paulo/ SPjan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28269>>, Acesso em: 15, jan. 2015.
- CERISARA, A. B.O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no contexto das reformas. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12935.pdf>>, Acesso em: 13, abr. 2015.
- DIDONET, V. Creche: a que veio...para onde vai.. **Em Aberto**. Brasília V. 18, n. 73, p. 11-27, Julho, 2001. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1107/1007>>, Acesso em: 03, fev. 2015.
- FARIA FILHO, L. M. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. **São Paulo em Perspectiva**, 14(2). 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9787.pdf>>, Acesso em: 12, abr. 2015.
- KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>>, Acesso em: 10, jan. 2015.
- KRAMER, S. O papel social da educação infantil. **Revista7**-mat 8, 1999. Disponível em: <http://www.dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista7-mat8.pdf>, Acesso em: 20, fev. 2015.
- MAISTRO, M. A. Relações creche e famílias, a quantas andam? **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 17, n. 31, p. 49-59, jan./jun. 1999.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**. São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.
- MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiros para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.
- MARCONI, M.de A.; LAKASTO, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª edição, Editora Atlas, São Paulo/SP, 2003.
- MOREIRA, C. F. **A criança e a creche: um direito ou uma necessidade?** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.
- MOREIRA, C. Creche: direito da mãe trabalhadora ou direito da criança? 2014. Disponível em: <http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/112347105/creche-direito-da-mae-trabalhadora-ou-direito-da-crianca>, Acesso em: 14, mai. 2015.
- NOGUEIRA, M. A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**. jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6850/4121>>, Acesso em: 18, jun. 2015.
- NUNES, M. F.R.; CORSINO, P.; DIDONET, V. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**— Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.
- PASCHOAL, J.D.; MACHADO, M. C. G.A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.33, 95 p. mar.2009. Disponível: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/4023>>, Acesso em: 03, abr. 2015.
- POLONIA, A. da C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Esco-**

- lar e Educacional**, Vol. 9, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>>, Acesso em: 12, mai. 2015.
- ROCHA, E. A. C. A função social das instituições de educação infantil. **Zero-a-seis**. v. 5, n. 7. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroiseis/article/view/799>>, Acesso em: 02, jan. 2015.
- SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F P. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- TEIXEIRA, G. A. S. **A relação família-escola na perspectiva das famílias**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, 2013.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Editora Atlas S.A. 1987.

Recebido em 30 de setembro de 2015.
Revisões em 24 de outubro de 2015.
Aceito em 04 de novembro de 2015.